ATA DA 77ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR (CMS), REALIZADA NO DIA 17 DE NOVEMBRO DE 2025.

PRESIDENTE: VEREADOR CARLOS MUNIZ
1º SECRETÁRIO: VEREADOR CLÁUDIO TINOCO
2º SECRETÁRIO: VEREADOR RICARDO ALMEIDA

Compareceram os senhores vereadores: ALADILCE SOUZA, ALEX ALEMÃO, ALEXANDRE ALELUIA, ANDERSON NINHO, ANDRÉ FRAGA, BECA, CARLOS MUNIZ, CEZAR LEITE, CLÁUDIO TINOCO, DANIEL ALVES, DAVID RIOS, DUDA SANCHES, ELIETE PARAGUASSU, FÁBIO SOUZA, FELIPE SANTANA, GEORGE REIS, HAMILTON ASSIS, HÉLIO FERREIRA, ISABELA SOUSA, JOÃO CLÁUDIO BACELAR, JORGE ARAÚJO, JÚLIO SANTOS, KEL TORRES, KIKI BISPO, MARCELLE MORAES, MARCELO GUIMARÃES NETO, MARTA RODRIGUES, MAURÍCIO TRINDADE, OMAR GORDILHO, ORLANDO PALHINHA, PAULO MAGALHÃES JÚNIOR, RANDERSON LEAL, RICARDO ALMEIDA, ROBERTA CAIRES, RODRIGO AMARAL, SANDRO FILHO, SIDNINHO, SÍLVIO HUMBERTO e TEO SENNA, estando licenciados os vereadores CRIS CORREIA, DEBORA SANTANA e KÊNIO REZENDE. Havendo número legal, o senhor presidente declarou aberta a Sessão, anunciando a votação da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem restrições. Em seguida, foi realizada a leitura do Expediente, que constou do seguinte: Ofício n. 62/25 da Secretaria Municipal de Governo devolvendo os autógrafos dos Projetos de Lei n.s 393/25, 397/25, 394/25, 424/25, 396/25, 425/25 e 175/24, os quais, sancionados, constituíram-se nas Leis n.s 9.873 a 9.879/25, e do Projeto de Lei Complementar n. 4/25, o qual, sancionado, constituiu-se na Lei Complementar n. 92/25; Ofício n. 63/25 da Secretaria Municipal de Governo devolvendo os

autógrafos dos Projetos de Lei n.s 85/25, 102/25, 117/25, 145/25, 155/25, 157/25, 159/25, 203/25, 208/25, 236/25, 253/25, 254/25, 261/25, 262/25 e 267/25, os quais, sancionados, constituíram-se nas Leis n.s 9.880 e 9.894/25; Veto total n. 7/25 do Executivo Municipal; Projetos de Lei n.s 523/25 do vereador Hamilton Assis, 524 e 525/25 do vereador David Rios, 526/25 do vereador Paulo Magalhães Júnior e 527 e 528/25 do vereador Sandro Filho; Projetos de Indicação n.s 489/25 do vereador Cezar Leite, 490 a 496/25 do vereador André Fraga, 497 a 502/25 do vereador Hamilton Assis, 503/25 do vereador Randerson Leal, 504 a 507/25 do vereador Sandro Filho e 508/25 do vereador Cezar Leite; Projetos de Resolução n.s 127/25 do vereador João Cláudio Bacelar e 128/25 da Mesa Executiva; Requerimento n. 281/25 da vereadora Aladilce Souza; Moções n.s 290/25 da vereadora Eliete Paraguassu e 291/25 do vereador Duda Sanches; e Requerimentos de licença de vereadores. Terminada a leitura do Expediente, foram votadas e aprovadas as licenças dos vereadores Jorge Araújo (11 e 12 de novembro), Kiki Bispo (3, 4 e 10 de novembro), Marcelle Moraes (3, 4, 10 e 12 de novembro), Roberta Caires (12 de novembro) e Sidninho (15 e 16 de setembro, 13 e 14 de outubro e 3, 4 e 12 de novembro). No **Pinga-Fogo**, o vereador Ricardo Almeida comentou sobre a aprovação do seu Projeto para a inclusão, nas escolas, de disciplina sobre elementos históricos, geográficos e culturais de Salvador. Explicou o caráter de cidadania nessa Proposição e esclareceu que não tentava atribuir protagonismo aos estudantes. Também comentou sobre Projeto, de outro edil, que previa o estudo da Bíblia nas escolas, afirmando não se tratar de proselitismo religioso e criticando a ação judicial que o PSOL movera contra esse Projeto. Afirmou que questões sobre lei se resolviam no âmbito do Legislativo e não, do Judiciário. O vereador Sílvio Humberto discorreu sobre o Dia da Consciência Negra, em 20 de novembro, destacando a seriedade das questões sobre as quais versava essa data. Mencionou as desigualdades e a falta de dignidade que ainda recaiam sobre as pessoas negras e defendeu a criação de oportunidades para a juventude negra. Explicou o seu voto contrário ao Projeto

sobre o estudo da Bíblia nas escolas, mencionado a laicidade do estado e o fato de a previsão sobre a Bíblia conferir a mesma possibilidade quanto a outros livros sagrados, como o Alcorão. Alertou sobre posturas fundamentalistas. Considerou natural que questões do Legislativo fossem ao Judiciário e deu exemplos de casos desse tipo. Defendeu escolas neutras, laicas e com liberdade religiosa. O vereador Cláudio Tinoco repudiou uma fala do governador do Estado, Jerônimo Rodrigues, sobre a fila da Regulação na Saúde, na qual o governador admitira orientar que pacientes fossem deixados nos corredores de hospital para que o Ministério Público (MP) os visse. Lembrou que, quando candidato, o governador prometera acabar com a fila da Regulação e afirmou que ele passara a negar o que dizia quando candidato. Assumiu a Presidência o vereador Ricardo Almeida. Pela ordem, o vereador Teo Senna informou sobre o Prêmio Jânio Lopo de Jornalismo, lembrando ter sido o criador dessa premiação e convidando os pares a nela votarem. A vereadora Eliete Paraguassu também discorreu sobre o Dia da Consciência Negra, observando que Salvador, cidade de maior população negra fora da África, ainda tinha muitas injustiças contra o povo negro, inclusive os quilombolas. Lamentou a violência contra os corpos negros e defendeu a dignidade dessas pessoas. Contou ter estado na COP-30 levando a pauta do racismo ambiental e dos povos das águas. Repudiou o racismo e a misoginia. Retomou a Presidência o senhor presidente Carlos Muniz. O vereador Alexandre Aleluia comentou sobre notícias que indicavam altas taxas de analfabetismo e de criminalidade no Estado. Afirmou haver uma guerra ideológica movida por uma ideologia do mal, relacionada ao Comunismo. Apresentou a pré-candidatura, ao Governo do Estado, do ex-deputado federal José Carlos Aleluia. O senhor presidente consultou as lideranças quanto a se dar início às votações da Ordem do Dia. Havendo a concordância dos líderes, adentrou-se a **Ordem do Dia**, sendo incialmente apreciado o Veto parcial n. 4/25, o qual, após discutido e votado, foi mantido, contra os votos dos vereadores da Oposição. Em seguida, foi apreciado o Veto parcial n. 5/25, o qual, após discutido e votado, foi mantido. Na sequência,

foi apreciado o Veto parcial n. 6/25, o qual, após discutido e votado, foi mantido. Em seguida, foi apreciado o Projeto de Lei n. 522/25, de subsídio para o transporte. Havendo 11 Emendas, subiu à Tribuna, para Parecer pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), o vereador Sidninho, cujo Parecer foi contrário às Emendas. Colhidos os votos na Comissão, o Parecer foi aprovado, contra o voto da vereadora Aladilce Souza. Em discussão, a vereadora Aladilce Souza salientou a importância do Projeto como a razão para a Oposição concordar em apreciá-lo mesmo sem tempo para melhor conhecê-lo. Pediu um aprofundamento da matéria e lembrou que a Oposição sempre pedia informações financeiras que eram negadas pela Prefeitura. Relatou os problemas vividos pelos usuários dos transportes e indagou sobre a destinação dos subsídios. Explicou que as Emendas da Oposição, rejeitadas no Parecer da CCJ, dirigiam-se a essas questões, inclusive prevendo a tarifa social. Pediu debate sobre a tarifa-zero, também presente numa das Emendas, e deu o exemplo de uma cidade que a implantara com êxito, inclusive econômico. Criticou a rejeição às Emendas e expressou preocupação em se votar subsídio sem transparência e sem contrapartida. A vereadora Marta Rodrigues também assinalou a importância do subsídio, porém ver elementos a serem levados a debate. Leu dispositivos legais sobre a política de transporte público e defendeu as Emendas rejeitadas, explicando que elas visavam a garantir os parâmetros previstos em Lei. Criticou a perda, por desuso, dos créditos adquiridos pelos usuários dos transportes, algo que uma das Emendas buscava extinguir. Expôs sobre o teor de outras Emendas, inclusive a que previa gratuidade aos desempregados que buscavam emprego. O senhor presidente agradeceu à Oposição por viabilizar a votação deste Projeto. O vereador Sílvio Humberto declarou seguir o entendimento da bancada da Oposição e afirmou o valor das 11 Emendas rejeitadas. Pontuou que os subsídios deveriam garantir melhoria na qualidade do serviço de transporte. Pediu o debate sobre a tarifa-zero, considerando que isso envolvia uma escolha política. Historiou o modo como a Prefeitura tratara o financiamento do transporte e criticou esse tratamento.

Também criticou o uso da outorga onerosa pela Prefeitura. Situou a mobilidade urbana como um direito. O vereador Hamilton Assis apontou a falta de elementos que explicassem a pertinência dos valores do subsídio face as demandas existentes. Esclareceu que a Oposição não tinha interesse em criar obstáculo ao subsídio, uma vez que ele evitaria majoração tarifária prejudicial a uma população que já sofria com os transportes. Expôs problemas que não via serem sanados mesmo com aporte financeiro e defendeu a escuta da população sobre essas questões. Destacou como uma mobilidade urbana digna, com tarifa-zero, poderia levar a progressos socioeconômicos. Mencionou demandas como a renovação da frota. Finda a discussão, o Projeto de Lei n. 522/25 foi votado e aprovado, até a Redação Final, contra os votos dos vereadores Aladilce Souza, Eliete Paraguassu, Hamilton Assis, João Cláudio Bacelar, Marta Rodrigues, Randerson Leal e Sílvio Humberto. Declarou voto o vereador Hélio Ferreira (a favor, explicando se tratar de um voto crítico; discorrendo sobre os problemas nos transportes; e defendendo a tarifa-zero). Por fim, foi ainda discutida, votada e aprovada a Moção n. 291/25. Encerrada a Ordem do Dia, em comunicação inadiável, o vereador Orlando Palhinha elogiou a votação e disse que seria a favor da tarifa-zero, porém questionava como ela seria financiada. Assumiu a Presidência o vereador Maurício Trindade. Nas **Representações Partidárias**, pela Liderança do Governo, o vereador Teo Senna comentou sobre o Edital do Governo do Estado para o financiamento de estudantes baianos em faculdades de Cuba. Expôs sobre os custos desse programa e, também, sobre o programa *Mais Médicos*, do Governo Federal, que trouxera médicos cubanos ao País. Criticou ambas as medidas e questionou se os jovens estudantes teriam condições de cumprir o que o Edital previa. Pela Liderança da Oposição, a vereadora Aladilce Souza voltou a exigir a convocação dos aprovados no Concurso municipal da Saúde. Apontou a carência de profissionais na Saúde e disse ser esse tipo de questão que levava a se buscar o MP e a Justiça. Afirmou que o Edital do Governo do Estado visava a que estudantes carentes pudessem estudar em faculdades de medicina cubanas que

eram referência internacional de qualidade. Convidou todos para a entrega do Título de Cidadã de Salvador à cantora e atriz Zezé Motta, no dia seguinte, às 10h. Assumiu a Presidência o vereador Ricardo Almeida. O vereador Maurício Trindade reportou queixas de moradores da Barra pelo excesso de eventos no bairro. Também reportou relatos, do mesmo teor, dos moradores de Stella Maris. Pediu providências do poder público sobre essas situações. O vereador Cezar Leite também criticou a fala do governador do Estado sobre pacientes em hospitais, apontando falta de sensibilidade por parte do gestor. Criticou, também, o Edital do Governo do Estado para estudantes em Cuba, afirmando que se pretendia, com isso, uma formação ideológica. Apontou impropriedades, nesse Edital, quanto à exigência de passaporte e quanto ao tipo de prova a ser aplicado no respectivo processo seletivo. Em comunicação inadiável, o vereador Alexandre Aleluia elogiou a fala do vereador Maurício Trindade, declarando-lhe apoio e dando sugestões sobre a Barra. Em comunicação inadiável, o vereador Cláudio Tinoco também lamentou a situação da Barra e criticou o governador do Estado por promover um evento nesse bairro. Verificada falta de *quorum*, a Sessão foi suspensa por quinze minutos. Não se restabelecendo o *quorum*, o senhor presidente Ricardo Almeida declarou encerrada a Sessão, antes marcando outra para o dia seguinte, à hora regimental.

PRESIDENTE

1º SECRETÁRIO 2º SECRETÁRIO